



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

### **130/2017**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno desta casa, que seja realizada uma audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, com a finalidade de discutir a acessibilidade do transporte público do Município Belo Horizonte. Tendo em vista que uma nova frota de ônibus anunciada pelo Executivo via Decreto Nº 16.568.

O decreto impõe que os novos veículos tenham sistema de ar-condicionado e suspensão a ar. Mesmo compartilhando apreço pela iniciativa do Executivo, sabe-se que a acessibilidade nos ônibus de Belo Horizonte ainda é precária, o que fere o direito de ir e vir dos cidadãos com deficiência.

A situação dos táxis acessíveis também será tratada nesta audiência pública, haja vista a função fiscalizadora designada a nós vereadores nesta Casa Legislativa.

Solicito que sejam convidadas as autoridades relacionadas na lista anexa.

Belo Horizonte, 22 de Fevereiro de 2017

Vereador Irlan Melo

Líder do PR

Excelentíssimo Senhor

Vereador Carlos Henrique

Presidente da Comissão Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Trib. Det. Legislativa - 22-Fev-2017-15:03-000949-001



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Relação de Instituições, autoridades e cidadãos a serem convidados:

- Cleide Aparecida Nepomuceno  
Coordenadora Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais  
– Rua Bernardo Guimarães, 2640 – Lurdes Belo Horizonte - MG CEP: 30.140-085
- Dra. Nivia Mônica da Silva  
Promotora Pública e Coordenadora de Direitos Humanos do Ministério Público –  
Rua Dias Adorno, 367 – 6º andar – Santo Agostinho – CEP: 30190-100 – Belo  
Horizonte -MG  
e-mail: [caosh@mp.mb.br](mailto:caosh@mp.mb.br)
- Dra. Ana Lucia de Oliveira  
OAB/MG – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – Comissão de  
Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Rua Albita, 260 – Cruzeiro –  
Belo Horizonte – MG / CEP: 30310.160  
Tel: 2102-5800
- Coordenadoria de Direitos das Pessoas Portadores de Deficiência – CDPPD  
Rua Espírito Santo, 505 – 8º andar – Centro 30160-030 Tel: 3277-4105/6949
- Presidente Claudia Maria Bueno Zico  
Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência – Rua Tupis 149 – 10º andar – Belo  
Horizonte – MG CEP: 301910-060 Tel: 3277-4105/6949/4678 e-mail:  
[cppd.bh@pbh.gov.br](mailto:cppd.bh@pbh.gov.br) / [claudiabzico@gmail.com](mailto:claudiabzico@gmail.com)
- Presidente Célio de Freitas  
Bhtras – Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte  
Tel: 3379-5501  
Avenida Engenheiro Carlos Goulart 900 Buritis – Belo Horizonte – MG CEP: 30455-  
902
- Ronaldo Batista de Moraes  
Sindicado dos Rodoviários de BH e Região  
Av. Barbacena 878 – Santo Agostinho 30190-131 e-mail: [operacional@sttrbh.org.br](mailto:operacional@sttrbh.org.br)  
Tel: 2105-1503



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Maria Fernandes Caldas  
Secretária Municipal de Serviços Urbanos (SMSU)  
(Secretária responsável pela Bhtrans)  
Avenida Álvares Cabral, 200 – Centro – Belo Horizonte 30130-180
- Presidente Avelino Moreira  
Sincavir Sindicato dos Taxistas e Motoristas Autônomos de Minas Gerais  
Rua Ozanam, 3761 Ipiranga – Belo Horizonte – MG, 31160-190  
Tel: 3426-3466
- Pedro Henrique Muriel Bertolini  
Bacharel em Relações Internacionais  
Rua Iracema Souza Pinto, 660 – Planalto – Belo Horizonte – Minas Gerais  
Tel: 98328-1524

Belo Horizonte, 22 de Fevereiro de 2017

Vereador Irlan Melo

Líder do PR

Excelentíssimo Senhor

Vereador Carlos Henrique

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário da Câmara Municipal de Belo Horizonte



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DESPACHO DE DELIBERAÇÃO E CONVOCAÇÃO

**REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº** 230 / 2017

**Solicitação relativa a:** ☒ **Audiência Pública** ☐ **Seminário** ☐ **Visita Técnica**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário deliberou por:

<input type="checkbox"/> <b>adiar</b> a apreciação do requerimento	<input type="checkbox"/> <b>rejeitar</b> o requerimento
<input checked="" type="checkbox"/> <b>aprovar</b> o requerimento	<input type="checkbox"/> <b>alterar</b> as características do evento aprovado

Nos seguintes termos:

☐ **Fica marcado** o evento para o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, às \_\_\_\_:\_\_\_\_h, no seguinte local:

☒ **Serão definidos posteriormente** a data e horário do evento.

☐ **Fica alterada** a lista de convidados do evento para: \_\_\_\_\_

☐ **Fica cancelada** a realização do evento.

☐ **Outros:** \_\_\_\_\_

### Deliberações de Visita Técnica ou Audiência Externa


Foram solicitados pela comissão os seguintes serviços de apoio:

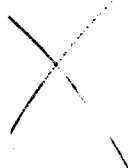
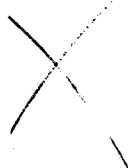
☐ TV Câmara ☐ Comunicação Institucional ☐ Consultoria ☐ Transporte

☒ **Ficam os membros da comissão convocados para a reunião em que se dará o evento aprovado, nos termos descritos acima.**

3ª Reunião Ordinária

Em 23/02/17

  
Presidente da Reunião  
Vereador Carlos Henrique

Avulsos distribuídos em: <u>24/02/17</u> <u>Carlos</u> SECAPC	Reserva Pleno por:  Gestão no SIL por: 	Evento: <input type="checkbox"/> externo <input type="checkbox"/> realizado <input type="checkbox"/> não realizado _____ SECAPC
Coordenador responsável: <u>Gisela</u> Consultor responsável: <u>Jefferson</u>		



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROTOCOLIZADO  
EM PLENÁRIO

24/02/17

às 11:03 h.

396

Responsável pelo protocolo

REQUERIMENTO Nº

Requerimento de Comissão

**141/2017**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica a Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, no dia 17/03/2017, às 14h.

A realização desta visita técnica se justifica pelas condições que afrontam os direitos fundamentais nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, tomando as ocupações da Izidora como exemplos representativos das condições de moradia e das violações ao direito à saúde e saneamento nesta Capital.

Sugiro sejam convidados representantes da:

Secretaria Municipal de Políticas Sociais

Secretaria Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Assistência Social

Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - URBEL

SUPECAP

Durante a visita técnica, os representantes desses órgãos e entidades deverão apresentar informações relacionadas à justificativa dessa Visita.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2017.

Vereador Gabriel

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuídos

Em 24/02/17

Chau CM 479

Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

### 146/2017

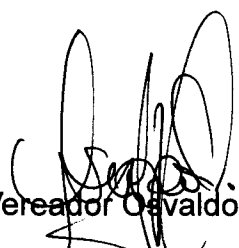
Senhor(a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica ao Mercado Central de Belo Horizonte, localizado na Av. Augusto de Lima, 744 – Centro, com a finalidade de avaliar e discutir sobre a venda de animais no local, no dia 29/03/2017 às 14:00 h.

A realização desta visita técnica se justifica pela existência de casos comprovados de maus tratos e irregularidades na venda dos animais do local.

Sugiro sejam convidados o Procurador Geral Adjunto Institucional do Ministério Público Dr. Rômulo Carvalho Ferreira, o Coordenador de Defesa Animal Jean Cloude, além dos vereadores membros da respectiva comissão. Durante a visita técnica, os representantes do Mercado Central deverão apresentar as seguintes informações: Apresentação das instalações e salubridade do local.

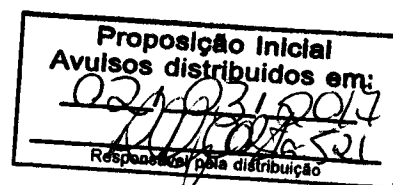
Belo Horizonte, 20 de Fevereiro de 2017.

  
Vereador Osvaldo Lopes

A(o) Senhor(a)

Vereador Gabriel

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor



021-031-0017-2017-02-20 15:55-00103-001



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI Nº 2.035/16

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

## RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.035/16 de autoria do Vereador Gilson Reis que *“Institui o programa ‘Escola Democrática’ no Município de Belo Horizonte”*.

A Comissão de Legislação e Justiça manifestou-se pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antirregimentalidade do projeto em análise.

Designado Relator para a matéria na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, é nessa condição que passo a fundamentar o presente parecer.

## FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em questão visa estabelecer princípios em todos os níveis de educação pública no Município de Belo Horizonte, e torna obrigatória a afixação de cartazes, com o conteúdo previsto em anexo ao projeto de lei, em todas as escolas da cidade.

Projeto de Lei nº 2.035/16 - Comissão de Legislação e Justiça - 02/14/2017 - 15:43 - 001034-001



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

De acordo com a justificativa do projeto, *“A escola... Precisa garantir a todos e todas — docentes, estudantes e responsáveis, parentais ou não — o direito à liberdade de manifestação e de expressão intelectual e a liberdade para aprender, ensinar, pesquisar, ler, publicar e divulgar a cultura, o conhecimento, o pensamento, as artes e o saber, sem qualquer tipo de censura ou mordaça...”*

Vale dizer que, o princípio da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura já está assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 3º, inciso II. No entanto, o que se observa nas escolas atualmente, principalmente nas de rede pública de ensino, é que os corpos docentes dessas instituições vem utilizando de sua posição privilegiada perante os alunos para defender ideologias a que são simpáticos e usando suas aulas para obter adesão dos alunos a determinadas posições políticas e ideológicas.

Em que pese consagrada no art. 206, II, da Constituição Federal, a Liberdade de Ensinar tem limitações evidentes. É que a garantia constitucional se volta à possibilidade de o professor escolher a metodologia e os instrumentos pedagógicos que julgar adequados, desde que conforme a lei e reconhecidos pelos especialistas.

Não se pode confundir, contudo, essa autorização, com a possibilidade de transformar o magistério em atividade de doutrinação ideológica, política ou religiosa, ao ponto de sacrificar a liberdade individual dos alunos, incutindo nos mesmos preconceitos e promovendo a alienação do estudante com relação a sua realidade social e familiar para manipulação do mesmo como objeto de manobra política, ao invés de reconhecê-lo como agente de transformação e conformação da realidade.

Não se trata, portanto, de garantir o que a constituição já garante, ao parecer reforçar as garantias de livre expressão dos professores, quando na verdade se estaria restringindo os mesmos direitos dos alunos. É preciso, portanto, evitar que o texto constitucional seja manipulado para atender às impressões e vontades do professor ou de um grupo qualquer ao qual ele se vincule, garantindo, portanto, que o dever do professor seja o de apresentação dos conteúdos de forma científica despida de





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

preconceito e distorções, mas nunca a apresentação de uma verdade própria, fechada e sem oportunidade de reflexão para o público escolar.

Ponderar a força e significado desses princípios é uma questão de responsabilidade e deriva do próprio texto constitucional, especialmente quando os estudantes em questão são aqueles do ensino fundamental, e que formam, até certo ponto, uma audiência inculta em vários dos temas que, por vezes, são na escola a eles apresentados.

Assim, exigir-se do público escolar infanto-juvenil capacidade de reflexão suficiente a distinguir, refletir e eventualmente combater a apresentação ideologizada de certos temas conforma-se como verdadeira impossibilidade, a sacrificar, aí sim, princípios constitucionais consagrados, como o da liberdade de crença e até mesmo a liberdade de expressão. É que a partir da exposição constante e estruturada a um discurso de base ideológica, pode com o tempo não ser mais possível ao aluno desenvolver o seu próprio conjunto analítico de impressões sobre determinada realidade político-econômica ou histórico-social, mas apenas repetir o que lhe tenha sido repetido de forma massacrante.

Admitir o uso da atividade docente para a promoção da doutrinação, de qualquer espécie, portanto, é um sacrifício antecipado ao direito de livre expressão do estudante no futuro, afastando a possibilidade de que ele forme seus próprios conceitos e estabeleça, entre eles, a cadeia de valores que julgar adequada.

A cautela em relação a liberdade de ensinar é fundamental, especialmente no âmbito da educação básica, contexto em que as crianças possuem alto grau de vulnerabilidade, do ponto de vista intelectual e emocional. Dessa forma, existe a possibilidade de a liberdade de ensinar, mal praticada pelo corpo docente, ofender o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual *“nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de exploração”*.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE


Além disso, a obrigação imposta às escolas, que determina a afixação de cartazes em suas dependências, é uma medida impositiva e que vai contra o próprio princípio da liberdade de ensinar, além de configurar medida inócua, vez que não se noticia mudança de realidade por aposição de cartaz.

Por fim, vale dizer que sou contrário a qualquer tipo de medida violadora de direitos e liberdades fundamentais dos estudantes, em especial, àquelas que travestem de medidas liberais e democráticas, mas que no entanto, não passam de medidas cujos objetivos são a institucionalização e a difusão das concepções políticas ou ideológicas de seus autores, ou de determinados grupos situacionalmente hegemônicos.

### CONCLUSÃO

Com base no exposto, concluo pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.035/16.

Belo Horizonte, 02 de março de 2017

  
VEREADOR – MATEUS SIMÕES  
RELATOR